

ATA DA 34ª (TRIGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º
(SEGUNDO) PERÍODO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ITAGUAÍ – RJ

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Itaguaí, sito à Rua Amélia Louzada, nº 277 – Centro reuniram-se os Senhores Vereadores para a 34ª Sessão Ordinária do 2º período do ano de 2015. Procedida a chamada nominal responderam presente os seguintes Vereadores: Nisan César dos Reis Santos – Presidente; Noel Pedrosa de Mello – Vice Presidente; Willian Cezar de Castro Padela – 2º Vice Presidente; Eliezer Lage Bento – 1º Secretário; Carlos Eduardo Kifer Moreira Ribeiro – 2º Secretário; Abeilard Goulart de Souza Filho; Genildo Ferreira Gandra; Jorge Luís da Silva Rocha; José Domingos do Rozário; Luiz Fernando de Alcântara; Márcio Alfredo de Souza Pinto; Marco Aurélio de Souza Barreto; Mirian Pacheco da Silva e Roberto Lúcio Espolador Guimarães, deixando de comparecer os Vereadores Jailson Barboza Coelho, Silas Cabral e Vicente Cicarino Rocha (ausências justificadas). Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão e convidou o Ver. Eliezer a proceder a Leitura Bíblica: Salmo 03. Em seguida, o Sr. Presidente solicitou ao 2º Secretário que realizasse a leitura da Ata da 33ª Sessão Ordinária, que submetida a discussão e votação, foi aprovada. Solicitou então ao 1º Secretário que realizasse a leitura dos expedientes: **Expedientes Recebidos: Projeto de Emenda a Lei Orgânica** de autoria de 1/3 dos Vereadores. Acrescenta os parágrafos 4º e 5º ao Artigo 79 da Lei Orgânica Municipal. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 06/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Resolução** de autoria de 1/3 dos Vereadores. Acrescenta os parágrafos 3º e 4º ao Artigo 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaguaí. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 06/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Lei** de autoria do Ver. José Domingos. Dá denominação a logradouro público localizado no Bairro 26 de Dezembro e dá outras providências. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 06/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Lei** de autoria do Ver. Willian Cezar. Substitui o nome do logradouro público Rua 24 com término na Rua 23 por Rua Maria Jacinta Sá no Bairro Santa Cândida e dá outras providências. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 06/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Lei** de autoria do Ver. Marco Barreto. Cria Zona especial de interesse social

destinado às práticas religiosas de matriz africana em Itingussu e dá outras providências. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 06/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Lei** de autoria do Ver. Marco Barreto. Altera o capítulo X da Lei nº 1.710, de 14 de dezembro de 1993. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 06/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício SG nº 267/2015** de 02/10/2015. Remetendo as Leis nºs 3.355, 3.347 e 3.348/2015 Sancionadas. (a) Luiz Felipe de Siqueira Aranha – Secretário de Governo. **Despacho:** Ciente. Em 06/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Expedientes Expedidos: Ofício nº 140/2015** de 02/10/2015. Informando a aprovação da Indicação nº 89/2015. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 141/2015** de 02/10/2015. Encaminhando cópias da Lei nº 3.356/2015, devidamente aprovada por este Legislativo, para Sanção. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. Dando prosseguimento a Sessão, o Sr. Presidente passou à **Ordem do Dia**, solicitando ao 1º Secretário que realizasse a leitura dos documentos constantes de pauta: **Requerimento nº 142/2015:** Moção de Congratulações e Elogios ao Sr. Alexander Anceles Gonçalves. (a) Willian Cezar - Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 06/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Requerimento nº 143/2015:** Moção de Congratulações e Elogios a Srª Cristiane Pinheiro de Christo Sarmento. (a) Willian Cezar - Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 06/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 92/2015:** Solicitando Solicitando saneamento e asfalto no trecho da Rua Pernambuco, bairro Amendoeira. (a) Willian Cezar - Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 06/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:** Assunto: Projeto de Lei de autoria do Ver. Nisan César. Ementa: Considera de Utilidade Pública a 2ª Igreja Batista em Itaguaí. Relator: Márcio Pinto. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua constitucionalidade. É o Parecer. Sala das Sessões, 06/10/15. (aa) Silas Cabral, Márcio Pinto, José Domingos. **Despacho:** Aprovado. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em 1ª Discussão. Em 06/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:** Assunto: Projeto de Lei de autoria do Ver. Marco Barreto. Ementa: Altera o Art. 6º da Lei 3.316 de 14 de julho de 2015. Relator: Márcio Pinto. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua constitucionalidade. É o Parecer. Sala das Sessões, 06/10/15. (aa) Silas Cabral, Márcio Pinto, José Domingos. **Despacho:** Aprovado. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em 1ª Discussão. Em 06/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de**

Constituição, Justiça e Redação: Assunto: Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo. Ementa: Propõe instituir tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no Município de Itaguaí. Relator: José Domingos. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua constitucionalidade. É o Parecer. Sala das Sessões, 06/10/15. (aa) Silas Cabral, Márcio Pinto, José Domingos. **Despacho:** À Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas para emitir Parecer. Em 06/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente passou ao **Grande Expediente**, franqueando a palavra ao Vereador Marco Barreto que cumprimentou a todos e disse ter pedido o espaço para falar do evento ocorrido na noite anterior nesta Câmara, uma audiência pública referente à questão do DNIT, do passivo da duplicação da Rio Santos e do Arco Metropolitano. Relatou que aconteceu algo que gostaria de registrar, que em seu entendimento a audiência pública é o espaço que a comunidade tem franqueada a fala. Disse que presenciou dois moradores do Leandro, que conhece há um bom tempo, um deles o Alexandre pediu que o auxiliasse quando fizesse o uso da palavra. Contou o deputado Marcelo Matos não permitiu, mas em relação a dinâmica, foi o primeiro morador a fazer uso da palavra e o deixou satisfeito. Acrescentou que a formação dele foi na Faetec, na área ambientalista e falou com propriedade. Salientou quão importante é a continuidade no processo Legislativo, que no Regimento, que fala das Sessões, diz que as indicações tem valor de quatro anos, e ressaltou que esse tema do Arco Metropolitano lhe fala de forma singular, pois morava no Leandro e com a notícia da desapropriação houve uma pressão psicológica muito grande, e sua mãe com 77 anos sucumbiu, apesar de sua tentativa de argumentação. Lembrou que as máquinas ficavam buzinando e ela achava que tinha que entregar o mais rápido possível e o valor da indenização era irrisório, por uma propriedade grande com cinco casas, que não foi suficiente para custear um imóvel quando foram para o Weda. Disse que viu as autoridades do DNIT muito inocentes, falando com polidez e educação, lembrando que medidas de segurança não foram tomadas, tanto que seu irmão que trabalhava no CAPS esteve em casa tomar café e ao retornar foi soterrado por uma propriedade que caiu espontaneamente. Lembrou também o atropelamento de seu pai na Rio Santos para afirmar que tem argumentos de sobra para pedir melhorias, pois atualmente mora no Weda e a passarela que seria próxima ao Dom Zellitus, onde tem a Escola Jorge Flores da Silva e a incidência de acidentes é muito grande. Afirmou que com essa preocupação fizera uma compilação dos documentos e ações realizadas pelo grupo de colaboradores e comunidade na tentativa de diminuir, iniciado em 12 de março de 2013. Expressou sua surpresa ao ouvir o termo “na casa apenas nós estamos”, declarando que

não gosta de ouvir isso, que gostaria de se sentir pertencente a um corpo, a uma equipe, que quando um falasse em nome do cidadão fossem “nós” dezessete. Lembrou que no início a Vereadora Mirian participou, que foram a Secretaria de Obras e Urbanismo do Estado em duas reuniões para mobilizar, pois no início a empresa era a Delta, depois a Skill, e percebiam que a obra não estava nos conformes, e a grande responsável contratada pelo Governo do Estado para administrar o passivo das obras, visto que era obra necessária para o desenvolvimento do Estado. Lembrou que em 12 de março de 2013 fez indicação que solicitava estudos de viabilidade objetivando obras estruturais para escoamento das águas pluviais, que fora falado no dia anterior da falta e drenagem e das enxurradas. Disse que certa vez evocou a questão da indicação e o Sr. Presidente perguntara se teria acessível, o que trazia nesta data e passaria às mãos em seguida. Salientou que em 22 de março, atendendo à expectativa de vários moradores, com mais especificidade, pediu providências por quadras, avançou e chegaram a primeiro de abril, ocasião que requereu providências em relação à rua lateral, que também trouxe prejuízos inundando casas, até o dia 11 de maio, quando promoveram atividade em Brisamar e comunidades adjacentes denominada “Arco Metropolitano e responsabilidade social”, inclusive registrado em ata a presença de 111 líderes comunitários e moradores da comunidade, além da Sr^a Ana Rosa Moraes, Assistente Social e a Socióloga Maria Elizabete Ramos, ambas representantes da empresa Skill, que anotaram críticas e reivindicações para ações posteriores. Apresentou também fotos da população presente ao evento e disse que para que a ação seja legítima, inclusive desta Casa Legislativa, relatando a surpresa da Prefeita de Angra, que se colocou à disposição para formar um bloco de Municípios, e ao tomar conhecimento do passivo da obra sensibilizou o representante do DNIT que disse que tomaria providências. Disse que talvez a população não tenha sido informada que ao longo do tempo a Câmara se posicionou de forma clara e precisa sobre o fato, que não foi por um ou dois, mas por “nós”, vários Vereadores. Afirmou que não vai trazer seu irmão de volta, se pai também não voltaria, mas sabe que uma casa alagada, com o número de roedores no Município e com os casos de leptospirose pode ser fatal. Recordou o fato de sua cunhada ter continuado morando no mesmo local após a morte de seu irmão e após dois meses foram colocados sacos de areia para segurar o barranco de quase 30 metros de altura, que quase atingiu a casa novamente. Disse que essa família vive em situação quase de “sem teto”, pois fora afirmado que não há dinheiro para indenização, houve a judicialização da desapropriação e não sabem quando isso será resolvido. Pediu que todos não esquecessem o fato que já vem de 2013 e precisam, se não resolver por completo, pelo menos diminua a afronta. Salientou ainda a importância de dar voz ao povo, que os dois moradores são legítimos representantes, não lhe importa se são

possíveis Vereadores no futuro, mas são grandes lideranças que precisam ser respeitadas. O Sr. Presidente declarou que ouviu com atenção as palavras do colega e afirmou que fora bem colocada a questão do esforço que a Câmara faz, mas a judicialização vai estar no final de tudo, pois o DNIT só entende assim. Afirmou que está na Câmara há 16 anos e no último mandato tinham a duplicação da Rio Santos, que lhe fora mostrado o projeto onde teriam vias laterais no Brisamar de ponta a ponta, viadutos na entrada da Casa da Moeda devido ao volume de veículos, no trevo de Coroa Grande e no trevo de Itacuruçá e no final da obra foram ao DNIT pois os viadutos não estavam prontos. Disse que o que mais incomodava era o da Casa da Moeda, que embora não seja no Município é passagem diária, relatando que procuraram o Deputado Federal Carlos Santana do PT, mais o Deputado Estadual André Ceciliano do PT e foram a Brasília, onde foram recebidos na época pelo presidente do DNIT que declarou precisar fazer adendo de vinte e cinco por cento na obra, que é o que a legislação permite. Descreveu a correria em busca da bancada de Deputados para a liberação do adendo, o que ocorreu, mas o viaduto não foi construído e afirmou que enquanto a democracia não estiver madura o suficiente para entender isso, vamos viver esse processo de judicialização, pois esses grandes órgãos só endentem desta maneira. Afirmou que o que passaram as famílias dos colegas e de várias outras pessoas devido também à falta de passarelas, que estavam no projeto original, entraram nos vinte e cinco por cento a mais do orçamento e nunca foram feitas. Disse que é como se fossem ninguém para Brasília, que não vê outra forma, somente quando decorrida ação penal como ocorre na saúde, na educação, que o país inteiro atravessa isso. Em seguida, franqueou o uso da tribuna ao Ver. Willian Cezar que justificou seu atraso devido a compromisso a serviço desta Casa na Secretaria de Segurança do Estado e contou que uma das situações relatadas na audiência pública se repetiu, que o Superintendente da Polícia Federal no Estado colocou que o número de atropelamentos acontecidos na Rio Santos é uma questão cultural da cidade. Disse que rebateu, pois o que falta são passarelas, que há mais de seis anos existe processo para a passarela do Pátio Mix, onde há menos de duas horas ocorrera um atropelamento que poderia ter sido evitado se existisse passarela. Afirmou que o novo Superintendente no Estado, que já é o quarto com quem conversa desde que assumiu mandato, declarou que faltam recursos e o Deputado assegurou que encaminharia emenda, mas esta já existe e está sendo perdida, pois o DNIT não utilizou, não podendo justificar pela falta de recursos a não construção da passarela. Afiançou que estão sendo perdidos dois milhões e o que falta ao DNIT é competência e vontade para trabalhar, ao que foi retrucado pelo Superintendente que está há um mês no cargo. Disse que não importa quem esteja no cargo, o que importa é que mais uma vida foi perdida devido ao descaso do governo.

Nada mais havendo para constar, o Sr. Presidente encerrou a presente Sessão marcando a próxima para o dia 13 de outubro em horário Regimental. Eu, Milton, redigi esta Ata.

Presidente

Vice Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário